



ATA DA NONAGÉSIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Aos vinte e quatro dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e quatro, às nove horas e quarenta e três minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro, secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a presente Sessão Ordinária.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Bom dia, senhoras e senhores. Bom dia especial, pois o nosso Plenário está lotado e eu sei que é por uma causa antiga e justa, que ainda enfrenta algumas disputas corporativas; mas, da parte da Casa, já temos a notícia de que vocês terão apoio integral. Conheço essa luta desde o início, ainda com a papiloscopista Angelice, no começo do sindicato. Eu, como advogado na época — ainda não era deputado — conheço um pouco dessa história. Parabéns ao deputado Caravina e aos demais deputados que participaram do diálogo; é assim que se constroem melhorias para Mato Grosso do Sul. Quero registrar que, hoje, das 9h às 19h, e amanhã, das 8h às 18h, haverá a entrega dos kits para a Segunda Corrida dos Poderes, no Centro de Convenções Rubens Gil de Camillo. Todos os servidores e quem vai participar da corrida devem levar um brinquedo para a campanha de Natal, seja ele novo ou usado, em bom estado de conservação, para que possamos fazer o Natal das crianças. Havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão Ordinária.

PEQUENO EXPEDIENTE — Com a palavra, o senhor segundo-secretário, deputado Pedro Kemp, para a leitura da ata da sessão anterior. Eu passo a presidência ao vice-presidente, deputado Renato Câmara, porque estou com a garganta debilitada.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Bom dia, senhor presidente e senhores deputados. Bom dia a todos os servidores aqui presentes. *“Ata da Nonagésima Quarta Sessão Ordinária da Segunda Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul. Aos vinte e três dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e quatro, às nove horas e quarenta e dois minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a presença dos deputados e constatada a existência de número legal, foi aberta a sessão ordinária.* **PEQUENO EXPEDIENTE** – Lida e aprovada a Ata Cento e Sete da Nonagésima Terceira Sessão Ordinária. Pelo senhor primeiro-secretário foram lidos os seguintes expedientes: Ofício nº 71.567/2024, do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar; Ofício nº 2.146/2024, do Ministério da Saúde; Ofícios nºs 11.303, 14.301, 14.319, 14.323, 14.440, 14.447, 14.484 e 14.491/2024, da Secretaria de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul; Ofícios nºs 1.716 e 2.877/2024, da Prefeitura Municipal de Dourados; Ofício nº 324/2024, da Prefeitura Municipal de Rio Verde de Mato Grosso; e-mail, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano de Campo Grande; e-mail nº 02699/2024, da CESP; Carta nº 2.442/2024, da Águas Guarairoba. **SEGUNDA PARTE DO PEQUENO EXPEDIENTE** – Usaram da palavra os deputados Pedro Kemp, Zé Teixeira, Lia Nogueira, Caravina, Gleice Jane, Pedrossian Neto, Renato Câmara, Junior Mochi, João Henrique, Roberto Hashioka e Mara Caseiro. Sobre a mesa, proposições apresentadas pelos deputados Paulo Duarte, Antonio Vaz e Zeca do PT. **GRANDE EXPEDIENTE** – Usaram da palavra as deputadas Lia Nogueira e Mara Caseiro. **ORDEM DO DIA** – Foi aprovado, em segunda discussão e votação nominal, o Projeto de Lei nº 209/2024, de autoria do Poder Executivo. Foi aprovado, em redação final e votação nominal, o Projeto de Lei nº 138/2024, de autoria do deputado Lucas de Lima. Foram aprovadas, em discussão única e votação nominal,



*o Projeto de Resolução nº 32/2024, de autoria da deputada Gleice Jane; Projeto de Resolução nº 90/2024, de autoria do deputado Junior Mochi. Foram aprovadas, em primeira discussão e votação nominal, as seguintes proposições: Projeto de Lei Complementar nº 11/2024, de autoria do Poder Executivo; Projeto de Lei nº 199/2024, de autoria do Poder Judiciário. Foram aprovadas, em discussão única e votação simbólica, as seguintes proposições: requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Pedro Kemp, endereçada à senhora Jucli Stefanello, pelo lançamento da obra "Herança de Força — a jornada inspiradora de uma mulher resiliente", no dia 17 de outubro de 2024; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Coronel David, endereçada aos policiais militares rodoviários do estado de Mato Grosso do Sul, em razão da apreensão de duas toneladas de maconha escondidas em um caminhão boiadeiro que trafegava pela rodovia MS-164, no município de Ponta Porã; requerimento, de autoria da deputada Gleice Jane, solicitando a realização de audiência pública no município de Corumbá, no dia 13 de novembro de 2024, para discutir os impactos dos incêndios no modo de vida e geração de renda nas comunidades tradicionais pantaneiras, solicitando a confecção e envio de convites virtuais para autoridades cadastradas; requerimento, de autoria do deputado João Henrique, solicitando a reserva do Plenário Deputado Júlio Maia, no dia 6 de dezembro de 2024, a pedido da Associação Nacional dos Agentes Rodoviários Federais (Asnarf), para realização do evento "Diálogo sobre a Segurança Pública Inclusiva: A Política Nacional de Cuidados no Serviço Público", que será promovido pelo Sindicato dos Policiais Federais de Mato Grosso do Sul (Sindprf/MS); requerimento, de autoria do deputado Gerson Claro, solicitando o uso da tribuna na Sessão Ordinária do dia 29 de outubro de 2024, pela senhora Ana Cláudia Gomes, presidente do Sisalms, para homenagear todos os servidores públicos do Poder Legislativo, em razão do Dia do Servidor Público, comemorado no dia 28 de outubro; foi aprovado, em discussão única e votação nominal, o pedido de vista feito pelo deputado Paulo Corrêa, referente ao Protocolo nº 03246/2024; requerimento de informações, de autoria do deputado Pedrossian Neto; requerimento de informações, de autoria da deputada Gleice Jane; indicações, de autoria dos deputados Lia Nogueira, Pedro Kemp, Zeca do PT, Renato Câmara, João Henrique, Lucas de Lima, Antonio Vaz, Marcio Fernandes e Jamilson Name. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS** – Não houve oradores inscritos. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente Sessão e, para constar, mandou lavrar a presente ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, vinte e três de outubro do ano de dois mil e vinte e quatro". Foi lida a ata, senhor presidente.*

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo quem queira impugná-la, dou-a por aprovada. Com a palavra, o primeiro-secretário, deputado Paulo Corrêa, para a leitura do expediente.

PRIMEIRO-SECRETÁRIO (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Bom dia, senhor presidente, senhores e senhoras deputadas. Quero cumprimentar o nosso Plenário, que está lotado hoje, por um trabalho feito por esta Casa — graças a Deus —, elogiando o deputado Caravina, que é meu companheiro e nos conscientizou e nos auxiliou a resolver esse problema. Expediente da Sessão Ordinária do dia 24 de outubro de 2024: Ofícios nºs 14.307, 14.312, 14.327, 14.331 e 14.408/2024, da Secretaria de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul, respondendo às indicações dos deputados Zeca do PT, Mara Caseiro e Gleice Jane. Foi lido o expediente, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Passemos à **Segunda Parte** do Pequeno Expediente. Quero cumprimentar a todos, mas, em especial, aos futuros peritos oficiais forenses que estão presentes. É uma conquista de todos nós e de cada um de vocês, que buscaram os seus deputados, que pediram e foram em busca de apoio. Agora chegou o grande dia desta Casa reconhecer esse trabalho que todos vocês desempenharam ao longo dessa caminhada. Passo a palavra ao primeiro orador, o deputado Caravina.



DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Bom dia, senhor presidente, deputado Renato Câmara, colegas parlamentares, assistentes e público presente. Em especial, cumprimento aqui, em nome da Dani, presidente do Sinpap, todos os peritos papiloscopistas, peritos oficiais forenses e peritos papiloscopistas. É um prazer recebê-los aqui, assim como aqueles que nos acompanham pela TV Alems e Rádio Alems. Depois, farei uso do Grande Expediente, presidente, para falar um pouco sobre a carreira dos peritos papiloscopistas. Hoje, faço uso do Pequeno Expediente para trazer uma indicação que também é pertinente e diz respeito à Polícia Penal. Fui procurado pela direção do Sindicato dos Policiais Penais e também por alguns policiais penais. Inclusive, está presente aqui o policial penal e vereador de Bataguassu, Cleiton Rodrigo da Silva, eleito vice-prefeito de Bataguassu, onde a prefeita eleita é minha esposa. É um prazer recebê-los aqui, junto com o Fernando, que também é o diretor do estabelecimento penal de Bataguassu. Indico à Mesa, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do Estado de Mato Grosso do Sul, Eduardo Riedel, com cópia ao secretário de estado de Justiça e Segurança Pública, Antonio Carlos Videira, e ao secretário de estado de Administração, Frederico Fellini, solicitando providências no sentido de realizar a regulamentação da Polícia Penal do Estado de Mato Grosso do Sul, em conformidade com a Emenda Constitucional Federal nº 104/2019 e com a Emenda Constitucional Estadual nº 88/2021, assegurando a definição de sua estrutura, organização, competências, direito à progressão funcional, funções internas, capacitação e requisitos para o concurso público, de modo a garantir seu pleno funcionamento e atuação dentro dos parâmetros legais. Sabemos que é um tema complexo, mas essa regulamentação é necessária, visto que o cargo de policial penal foi aprovado e precisa ser regulamentado nos estados, e há uma grande expectativa dos policiais penais para que isso comece a acontecer no estado de Mato Grosso do Sul. Quero aproveitar a oportunidade não só para fazer a indicação, mas também para me colocar à disposição, junto com o deputado Coronel David, presidente da Comissão de Segurança Pública, para auxiliar e participar desse processo. O deputado Coronel David também tem sido procurado pelos policiais penais e esta Casa pode auxiliar nessa regulamentação. Portanto, essa indicação é para que a necessidade da regulamentação entre no radar da SAD e da Sejusp, garantindo também os direitos, que já são reconhecidos em nível federal, para os policiais penais. Essa é a única indicação de hoje. No Grande Expediente, falaremos um pouco sobre nossos amigos da Polícia Civil e, em especial, sobre os peritos papiloscopistas, dos quais também faço parte. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Cumprimento a Escola Estadual João Ponce de Arruda, do município de Três Lagoas. Saúdo pela presença da senhora Daniela Bueno, presidente do Sinpap, e do Humberto Torres, vereador no município de Aquidauana. Com a palavra, a deputada Mara Caseiro.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Bom dia, senhor presidente, deputados, deputadas e, principalmente, nossos peritos papiloscopistas forenses que, com certeza, agora serão peritos oficiais. Eu me emociono quando falo da oficialidade desse segmento. Quero cumprimentar, em nome de todos vocês, a presidente Dani Bueno que, incansavelmente, junto com cada um de vocês, trabalhou e estudou muito para que conseguíssemos essa vitória. Tenho certeza de que todos os deputados e deputadas, ao votarem essa lei, estarão fazendo justiça com essa profissão que tanto beneficia a segurança pública da população de Mato Grosso do Sul. Parabéns a cada um de vocês. Que Deus continue os abençoando e que possamos, junto com o governador Eduardo Riedel, que enviou o projeto, fazer justiça com cada um de vocês. Dani, parabéns a vocês! Deus os abençoe! Quero cumprimentar o vereador Humberto Torres, lá de Aquidauana, que



também se faz presente, e, em nome dele, cumprimento todos os vereadores presentes. Senhor presidente, tenho uma indicação ao governador Eduardo Riedel, com cópia ao secretário de estado de Infraestrutura e Logística, senhor Guilherme Alcântara, e ao superintendente regional do Dnit do Estado de Mato Grosso do Sul, senhor Euro Nunes Varanis Júnior, solicitando que sejam adotadas medidas emergenciais para a implantação de um sistema de controle de velocidade na BR-163, especificamente no trevo de acesso entre os municípios de Mundo Novo e Japorã. Esta é uma solicitação feita pelo vereador Jessé Ferreira, do município de Mundo Novo. Era o que eu tinha, senhor presidente. Obrigada!

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Quero saudar o Josias de Carvalho, vereador do município de Naviraí; o Márcio Araguaia, vice-prefeito de Naviraí; o Fernando Rocha, presidente da Câmara Municipal de São Gabriel do Oeste; o Cleiton Silva, vereador do município de Bataguassu; o Celso Miranda Alves de Souza, conhecido como Bira, vereador no município de Ivinhema; e o Claudemir Batista da Rocha, vereador do município de Ivinhema. Com a palavra, a deputada Gleice Jane.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Bom dia, presidente! Bom dia a essa categoria de luta, que há trinta anos enfrenta desafios e que hoje, finalmente, conquistou essa vitória. Quero parabenizar vocês por esse momento tão especial e importante. Sou servidora pública também, sei como a luta é árdua para nós e que só conquistamos quando lutamos. Todo o resultado desse trabalho é de vocês. Parabéns por essa luta, por este momento! É fundamental tê-los e tê-las aqui presentes hoje, para que possamos reconhecer não somente de forma legal, mas também politicamente, uma função tão importante exercida dentro da Polícia Civil. Parabéns! Contem conosco. Daqui a pouco, falaremos um pouco mais sobre isso. Quero também registrar, presidente, que estamos recebendo a Escola Estadual João Ponce de Arruda, que está na parte superior do Plenário. Há pouco, estive conversando com essa moçada bonita e inteligente; fizemos um bom debate e discutimos muito sobre o que é política, o conceito de política, como funciona o Parlamento e os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Tivemos um momento de escuta para ouvir dessa juventude maravilhosa o que é importante fazermos na Assembleia. De imediato, eles já mencionaram a necessidade de melhorar o ar-condicionado da escola, algo que já discuti recentemente, pois, com as mudanças climáticas, não é possível aprender em salas tão quentes. Eles apontaram a necessidade de melhorias no piso da escola e na merenda, que foi outro questionamento apresentado. Além disso, discutimos o ensino médio e o que precisa ser melhorado nessa etapa educacional. Realizamos um processo de escuta, ouvindo atentamente a moçada e o que os estudantes da Escola João Ponce de Arruda disseram não é diferente do que ouço nas outras escolas que visito: a reforma do ensino médio, segundo eles, não colaborou com o aprendizado e precisa ser repensada. No próximo ano, já teremos uma mudança na estrutura dos componentes curriculares, mas, é preciso atender às necessidades de aprendizado dos adolescentes que estão aqui hoje também. Então, parabéns! Já quero dizer que todas essas reivindicações feitas para as escolas serão apresentadas aqui. Amanhã mesmo vamos elaborar indicações e requerimentos de informação para atender o que vocês trouxeram. Muito obrigada pela visita! Quero reconhecer e saudar essa turma maravilhosa: Taís Fonseca, Luciano, Flávio, D'Angelo, Reynald, Tânia, André e Cibele. Parabéns, sejam bem-vindos, observem e acompanhem o trabalho da política. Vocês também fazem parte dessa história. Parabéns!

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Com a palavra, o nobre deputado Pedrossian Neto. Transferida. Com a palavra, o deputado Lidio Lopes.



DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Bom dia, senhor presidente, deputado Renato Câmara, nobres pares, todos que nos honram com sua presença neste Plenário e os que nos assistem pela TV Assembleia. Senhor presidente, eu me inscrevi, mas, a Sueli não trouxe a tempo o meu requerimento para que pudesse lê-lo. Aproveito, então, a oportunidade para parabenizar todos os papiloscopistas presentes neste Plenário pelo grande avanço, pela importante conquista e pelo trabalho que vocês têm realizado para Mato Grosso do Sul. Principalmente, pelos trabalhos periciais na elucidação de crimes, atendendo com eficiência a demanda de todos os processos de investigação no nosso estado. Atuei por vinte e cinco anos na advocacia criminal e sei do trabalho que vocês desenvolvem e do impacto que ele tem para Mato Grosso do Sul e para toda a segurança pública do nosso estado. Parabéns pela conquista e que Deus continue guardando e abençoando a vida de cada um de vocês.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Gostaria de ler meu expediente aqui da presidência. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais desta Casa, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado, senhor Eduardo Riedel, e ao secretário de estado de Saúde, senhor Maurício Simões, solicitando a alteração da Resolução SES/MS nº 272, publicada em 19 de setembro de 2024. A intenção é esclarecer de forma precisa quem deverá exercer a atividade de supervisor de agentes comunitários de saúde. Como há dúvidas sobre quem deve ocupar esse cargo, muitos agentes comunitários estão sendo designados para a função de supervisor, o que causa problemas em várias comunidades e regiões, pois, acabam perdendo os agentes de saúde que passam a desempenhar outras atividades. Essa definição é essencial para que os agentes de saúde possam continuar o trabalho que estão desenvolvendo em nosso estado. Requeiro também à Mesa, observadas as disposições regimentais, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador Eduardo Riedel, com cópia ao secretário de estado do Meio Ambiente, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação, senhor Jaime Verruck, solicitando informações detalhadas sobre os estudos técnicos, científicos e econômicos previstos no parágrafo primeiro do artigo 1º da Lei nº 6.190, de 29 de fevereiro de 2024. Essa lei altera a redação e acrescenta dispositivos à Lei nº 5.321, de 10 de janeiro de 2019, em relação aos estudos que devem embasar a decisão sobre a nova prorrogação da vedação imposta à captura, transporte, comercialização e outras atividades relacionadas à espécie *Salminus brasiliensis*, conhecida como Dourado. A proibição da captura do dourado foi prorrogada e, em contrapartida, o governo do estado apresentou uma proposta para realizar estudos sobre a necessidade de manter a proibição da pesca do dourado ou avaliar se a população dessa espécie aumentou significativamente, levando-os a se tornarem predadores excessivos e a eliminarem outros peixes. Há uma constatação de que a quantidade de peixes para a pesca esportiva diminuiu drasticamente, especialmente este ano, e existem muitos pequenos dourados. Esse estudo servirá para embasar a votação em nossa Casa de Leis. Essas eram minhas indicações e passo a palavra ao nobre deputado Pedrossian Neto. Transferida. Não havendo mais oradores inscritos, está encerrado o Pequeno Expediente. Protocolos referentes às proposições apresentadas (*De autoria do deputado Caravina: uma indicação (Prot. nº 03328/2024). De autoria da deputada Lia Nogueira: uma indicação (Prot. nº 3325/2024); dois requerimentos (Prot. nºs 03331/2024, 3326/2024); duas moções de congratulação (Prot. nºs 3330/2024, 03327/2024); uma moção de pesar (Prot. nº 3329/2024). De autoria da deputada Gleice Jane: uma moção de congratulação (Prot. nº 03305/2024); um requerimento (Prot. nº 3304/2024).). Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE**. Com a palavra, o deputado Antonio Vaz.



DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Antonio Vaz.

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Faço a inversão da palavra com o deputado Professor Rinaldo.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Concedida a inversão da palavra. Com a palavra, por inversão, o nobre deputado Professor Rinaldo. Vossa Excelência disporá de trinta minutos para seu pronunciamento.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — (sem revisão do orador) — Bom dia, senhor presidente e demais colegas. Gostaria de cumprimentar toda a imprensa aqui presente: a TV Assembleia, a TV Câmara, a Rádio Assembleia e, de forma muito especial, cumprimentar todo este público, do qual temos tanto orgulho pelo trabalho que realizam. Em nome da Dani, presidente do sindicato, e de toda sua diretoria, eu gostaria de pedir vênias à minha amiga de longa data, Cedron e, em nome dela, cumprimentar os papiloscopistas mais antigos. É uma alegria recebê-los nesta Casa. Hoje, concretiza-se um sonho que estava na mente, na alma e no coração de todos vocês e ficamos felizes que esta Casa — com o deputado Caravina, que tem sido um grande intermediador, e com a Mari, com a aquiescência de todos os deputados — esteja prestes a votar esse projeto de vocês por unanimidade. Sejam todos bem-vindos. Senhor presidente, não vou usar todo o tempo, falarei apenas por dez minutos, talvez até menos, e depois o nosso colega deputado Caravina falará aqui. Gostaria apenas de dizer o seguinte: antes das eleições, usei esta tribuna para falar da importância da democracia em nossa sociedade. Começaram as eleições, e foi um período muito difícil para todos nós, principalmente para mim, que tenho minha irmã como candidata à prefeitura de Campo Grande. Dos vinte e quatro deputados, apenas eu e o deputado Roberto Hashioka dividimos o tempo, já que a esposa dele, nossa querida ex-colega nesta Casa, também estava no pleito. Foi muito difícil e vamos cobrar com juros e correção monetária no próximo domingo. Foi um embate intenso, mas isso faz parte do jogo democrático. Sabemos que há o calor da emoção, mas, nós, especialmente nesta Casa, juntamente com o deputado Lidio Lopes, que tem sua esposa no comando da prefeitura, precisamos ter algo que chamamos de responsabilidade, porque, depois de domingo, a vida continua e nós continuaremos aqui. É preciso que respeitemos as pessoas em sua individualidade. Vivemos um momento tão difícil em nosso país, tão hostil, em que há até pais inimigos de filhos. Quando vejo um vídeo da Xuxa dizendo que ela perdeu uma irmã que foi morar nos Estados Unidos, e não conseguiu se reconciliar com ela, por conta dessa história de Lula e Bolsonaro, vejo que essa polarização horrível e — na minha visão — patológica, só prejudica a população. No dicionário, "política" é definida como a ciência ou a arte de bem administrar aquilo que é de todos. Ora, se é uma ciência ou arte de bem administrar o bem coletivo, é ainda mais um motivo para que tenhamos um espírito altruísta, que sejamos democráticos e respeitemos as pessoas em sua individualidade. Não é porque você é do time A e eu sou do time B que nos tornaremos inimigos. Isso é ruim para todos nós, para a democracia, e quem perde é o povo. A democracia, essa liberdade tão importante, custou um preço alto. Pessoas morreram no nosso país para que hoje pudéssemos viver em liberdade. O ex-ministro britânico dizia: "A democracia é o pior sistema que existe no mundo". E acrescentava: "Porém, até hoje, ninguém encontrou um sistema melhor que esse". Olha que coisa fantástica: respeitar as pessoas em sua individualidade. Percebemos que, mesmo após as eleições presidenciais, essa polarização



continua. Campo Grande, sem dúvida, perde muito por conta disso. Moramos em uma cidade linda, maravilhosa, mas também temos uma outra Campo Grande, a dos invisíveis. E não quero culpar apenas a atual gestão; isso faz parte de um processo que vem de muito tempo. Essa situação de disputas e o contínuo viés ideológico prejudica a população — e não é pouco. Querendo ou não, mesmo que eu não tenha votado no presidente Lula, o chefe de estado hoje é Luiz Inácio Lula da Silva... E quando o gestor local não tem essa conexão, é natural que as coisas acabem prejudicadas. Primeiramente, louvo a democracia e ressalto a importância de termos, pela primeira vez na história de Campo Grande, duas mulheres concorrendo à prefeitura. Isso é inédito nos cento e vinte e cinco anos de existência da cidade e, com certeza, atrairá a atenção da imprensa nacional; e louvamos a democracia por isso. Mas os desafios não são pequenos. Conheço Campo Grande há quarenta e três anos, e sabemos que milhares de pessoas ainda vivem debaixo de lona, sem acesso a banheiros sanitários. Há quinze anos, eu e Rose mantemos um projeto social na Rua da Divisão, nº 362, o qual, inclusive, foi alvo de uma das oitenta e duas fake news que alegavam ser uma "lavagem de dinheiro". Há quinze anos bancamos esse projeto social. E por quê? Porque, Dani, eu perdi uma aluna apedrejada no mangal do Aero Rancho por conta da dependência química. Nessa época, a Rose trabalhava em uma escola ao lado do lixão no Dom Antônio, onde uma criança foi soterrada, como foi mostrado no Fantástico. E tivemos a oportunidade — fala este ex-servente de pedreiro, fruto da oportunidade proporcionada pela educação —, pela graça de Deus, de ajudar e prevenir muitas crianças de uma gravidez precoce, da dependência química e de outras situações difíceis. Mas alguém disse que aquele projeto era local de lavagem de dinheiro. Nosso projeto não tem fins lucrativos; a casa onde ele funciona nem sequer está em meu nome, mas sim no nome do senhor Alcides Modesto de Oliveira, de oitenta e sete anos, e de minha mãe, Fulgência de Oliveira Rocha. Ampliamos e transformamos aquele local em um projeto social bonito, que inspirou Rose, enquanto secretária, a criar a Rede Solidária — o maior projeto de emancipação socioeconômica que já vi no nosso estado e no Centro-Oeste. Esse projeto foi inaugurado por Fernando Henrique Cardoso com a presença de Valdir Bündchen, pai da Gisele Bündchen e sociólogo. E também chamou a atenção de figuras como Anderson Silva, famoso lutador de MMA, que veio conhecer esse trabalho. Era um projeto de emancipação socioeconômica para as famílias que vivem do Vale Renda, com cursos profissionalizantes em parceria com o Sistema S, e atividades para as crianças no contraturno, como aulas de violão, karatê, kung fu, reforço escolar e balé. Eu quero dizer a todos vocês o seguinte: nós não sabemos quem vai ganhar as eleições, mas, após domingo, a classe política — seja de direita, esquerda ou centro — terá a responsabilidade de tornar esta cidade mais justa, fraterna e solidária. Precisamos trabalhar juntos para ajudar essas crianças que, infelizmente, estão em situações de vulnerabilidade. Lembro-me de uma ex-diretora de escola que, durante a pandemia, veio ao meu gabinete falando sobre doze meninas, de doze e treze anos, que ficaram grávidas em uma comunidade perto do Jardim Anache e da Água Bonita, local onde ocorreu um incêndio recentemente. Se conversarmos com o promotor da infância desta cidade, vamos encontrar casos de crianças de oito anos já dependentes de maconha. Não estou aqui para julgar ou falar da vida alheia; fico triste com essas situações. Porém, é fato que, independentemente de quem vencer as eleições, todos nós, da classe política, teremos de trabalhar juntos. Os desafios desta cidade não são pequenos; muito ainda precisa ser feito. A população não suporta mais o extremismo de um lado ou de outro. O que as pessoas querem é ver problemas reais resolvidos, como o acesso à creche para seus filhos, o asfalto na frente de suas casas em bairros onde se paga IPTU há quarenta, cinquenta anos sem retorno; e um atendimento médico que seja eficaz e oportuno, não somente receber ligação quando surge uma vaga de atendimento, quando, às vezes, já é tarde demais, como me relataram recentemente. Há também uma história que já contei aqui, há dois ou três anos, sobre o velório da dona Francisca. O



Marçal me disse: "Você vai falar de novo sobre isso?" E eu disse: sim, vou falar de novo, porque não é aceitável que alguém espere oito anos por uma cirurgia. Eu gostaria de louvar a nossa democracia e pedir que cada um aqui vote de forma consciente e não seja manipulado. No século XXI, já não cabe esse tipo de comportamento. O voto é meu, e eu o dou para quem acredito que merece. Lamentavelmente, ainda há pessoas sendo perseguidas por isso. Já mencionei nesta tribuna, no início da campanha, que algumas pessoas perderam o emprego apenas por curtirem a página de um adversário. Isso é muito triste. Espero que tenhamos maturidade suficiente para entender que, numa democracia, as pessoas devem ter a liberdade de escolher seus candidatos. Desejo sorte à sua esposa, deputado Lidio Lopes, assim como desejo sorte à Rose e à democracia. Que a vontade de Deus, que conhece a intenção e a motivação do coração de cada um de nós, prevaleça, e que Campo Grande seja reconhecida como uma cidade efetivamente inclusiva e socialmente justa. Passo a palavra ao deputado Caravina e finalizo dizendo que nosso tempo aqui é efêmero. Não vale a pena mentir para as pessoas ou puxar o tapete de ninguém, pois tudo isso logo acabará. É preciso fazer política como um sacerdócio, amar as pessoas como imagem e semelhança de Deus, ter empatia, colocando-se no lugar do outro. Eu espero que nós tenhamos uma cidade com empatia, que ela seja mais justa, mais fraterna e, acima de tudo, mais inclusiva socialmente. Deputado Caravina, muito obrigado pelo trabalho que você tem feito aqui e, mais uma vez, parabéns a todos os profissionais da Segurança Pública que, diga-se de passagem, é referência não só no Centro-Oeste, pois as forças de Segurança Pública do nosso estado: Polícia Civil, Bombeiros, Polícia Militar e, também, a Polícia Penal têm sido referência no Brasil. Que Deus abençoe a todos nós e viva a democracia.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Com a palavra, o deputado Caravina.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — (sem revisão do orador) — Senhor presidente, mais uma vez, bom dia. Eu vou ser breve, mas não poderia deixar de vir aqui a esta tribuna, especialmente para cumprimentar e parabenizar mais uma vez o Sinpap, na pessoa da Dani, e, em especial, a todos os peritos papiloscopistas. Daqui a pouco teremos duas votações, mas esta Casa já demonstrou o apoio total ao projeto que vai reconhecer, declaradamente, os peritos oficiais forenses, fazendo justiça a essa categoria. Eu quero só dizer que, como policial civil e delegado de polícia aposentado, tive a oportunidade de trabalhar ao lado de grandes peritos papiloscopistas, e sei da importância do trabalho de vocês para a justiça criminal, para que o trabalho seja realizado com maestria, e que a justiça consiga dar o seu resultado, na maioria das vezes, utilizando o trabalho que vocês fazem no dia a dia. Eu acompanhei essa luta e quero aqui também agradecer à Mesa Diretora e a todos os colegas parlamentares. Foi feito um acordo de líderes para que esse projeto tramitasse com rapidez. Agradeço à deputada Mara Caseiro, relatora da CCJR, que também, junto com a gente, teve várias reuniões na SAD, levando esse pleito, um pleito que vem muito bem organizado e muito bem apresentado pela Dani. Eu até brinquei no dia da aprovação da CCJR, dizendo que a Dani ficou "expert" na questão da legalidade, da oficialidade dos peritos papiloscopistas. Ela dá uma aula de que isso não é um mérito concedido, mas um reconhecimento, porque vocês já exercem essa função de peritos oficiais há muito tempo. Então, eu quero dizer para vocês que este é o início de outras conquistas que vão acontecer. Hoje, vocês vão sair daqui reconhecidos como peritos oficiais, e isso vai levar a novos reconhecimentos para a categoria. Aproveitando, quero agradecer ao governador Eduardo Riedel, porque é importante fazer esse reconhecimento. O governador mostrou sensibilidade quando foi levado a ele e procurou os órgãos do governo para analisar a legalidade, para verificar se efetivamente a oficialidade era justa, e ele,



depois de verificar isso junto à Procuradoria-Geral do Estado (PGE), construiu essa ação junto à Sad, à Sejusp e à Segov, que também se envolveram. Após essa análise, ele teve a sensibilidade de um governador que quis fazer esse reconhecimento em forma de agradecimento ao trabalho feito por vocês. Assim como o deputado Professor Rinaldo disse, é momento de agradecer às nossas forças de segurança como um todo. As forças de segurança de Mato Grosso do Sul são motivos de orgulho, e agora esse reconhecimento — eu não tenho dúvida — vai dar mais garantia e mais vontade de vocês continuarem fazendo o belo trabalho que realizam em favor da justiça criminal. Então, parabéns e que Deus os abençoe. Contem com este Parlamento e com este parlamentar na busca de outras garantias e melhorias que vocês venham a pleitear no futuro. Muito obrigado.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Permita-me um aparte, deputado Caravina?

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Permito, deputada Mara Caseiro.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Eu não poderia deixar de vir aqui e falar da luta desses profissionais. Eu acho que estamos nessa luta junto com eles, não há trinta anos, mas, pelo menos, há uns seis anos. Começamos junto ao ex-governador Reinaldo Azambuja, mas, havia alguns entraves, alguns desentendimentos difíceis, naquele momento, entre as categorias, mas a persistência, o diálogo, o cuidado e o respeito foram conduzidos pelo Sinpap, esses profissionais que nunca desrespeitaram qualquer categoria; eles apenas queriam fazer justiça para que fossem reconhecidos e valorizados de forma respeitosa. E de forma unânime, a categoria se uniu. Então, quero deixar os parabéns a vocês e dizer que a união faz a força! E que o diálogo, a força de vontade e a coragem de mostrar a eficiência de uma profissão são o que realmente fez e garantiu esse resultado, essa conquista a cada um de vocês. Começamos junto ao ex-governador Reinaldo Azambuja, que também tentou fazer com que houvesse entendimento, mas, naquele momento não foi possível. Veio o governador Eduardo Riedel, numa construção junto com todos aqui, e conseguiu um entendimento, junto ao secretário de estado de Justiça e Segurança Pública e às categorias, pois tínhamos que fazer justiça aos peritos papiloscopistas. Essa é uma conquista, uma vitória de todos vocês e, com certeza, cada deputado aqui reconhece o valor dessa profissão para a Segurança Pública de Mato Grosso do Sul. São trinta anos esperando por esse dia. Para nós, é motivo de muito orgulho. Obrigada, deputado Caravina, porque também entrou na luta ao chegar aqui. Não podemos nos esquecer do senador Nelsinho Trad, que também teve um papel importante ao conversar com o governador Eduardo Riedel, e todos os deputados entendem a importância de se fazer justiça a essa categoria. Então, parabéns a todos os peritos oficiais papiloscopistas do nosso estado. Obrigada, deputado Caravina.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Muito bem lembrado, deputada Mara Caseiro! Ela lembrou muito bem a condução do diálogo — por conta do Sinpap —, sempre com muito diálogo, sempre com muita clareza, sempre com muito preparo e apresentando os argumentos jurídicos para fazer o convencimento de todo o governo. Então, parabéns mais uma vez, Dani! Parabenizo a todos os peritos papiloscopistas por essa conquista. E volto a dizer: contem com este parlamentar e com todo este Parlamento em todos os pleitos e conquistas que ainda virão. Parabéns!

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Com a palavra, o deputado João Henrique. Vossa Excelência dispõe de trinta minutos.



DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — (sem revisão do orador) — Senhor presidente, colegas deputados, venho, com muita tristeza e com a certeza de que, sobre as nossas apurações, haverá desdobramentos de natureza criminal. É um absurdo o que está acontecendo no município de Campo Grande. Eu venho sendo atacado por um jornal, por uma mídia, o Correio do Estado, sendo, há mais de três dias estampado em sua capa. Eu aqui subi nesta tribuna e disse: tem um preço. Hoje, esse veículo, quando contratou uma pesquisa eleitoral de um instituto, para destoar de todas as outras — e nós já vimos fake news sobre a minha pessoa estampada nesse veículo — pagou por esse trabalho sessenta e cinco mil reais, e está registrado no TRE. E veio para a capa: "Segundo turno tem disputa acirrada"; e solta uma pesquisa destoante de todos os institutos. Mas o que eu quero mostrar para vocês é o porquê de esse veículo ter feito essas acusações contra um parlamentar que mostrou a sua posição e o seu questionamento. Segue para vocês o áudio que eu vou levar para as minhas redes [apresentação de áudio]. Essas são as palavras da nossa mandatária, da prefeita, dizendo que paga a mídia para fazer promoção pessoal. Tem um preço! Tem um preço! Deve haver, senhores, um contrato de publicidade de uma agência. Mas calar a imprensa, manipular, deturpar a verdade e distorcer é um dos primeiros passos para acabar com o discurso que tenta entoar: "Deus, Pátria, Família e Liberdade". Todos os países de esquerda começaram manipulando, calando a mídia e diminuindo a nossa liberdade. E mais do que isso, talvez uma folha secreta da mídia, que deve ser apurada pelos vereadores, pelos legisladores... Mas se não bastasse essa apuração, também a esses vereadores, ao legislativo, tem sido, sabidamente, deputado Pedrossian Neto, subtraída informações importantes. Segue outro áudio [apresentação de áudio]. "Não podemos abrir as informações demasiadamente aos vereadores". Nós temos que abrir as informações ao máximo. Não é tirar o portal da transparência do ar. Não é tirar o leite das crianças. Não é tirar fralda das crianças. Não é tirar o suplemento das crianças e depois pagar as mídias sujas da maneira que está pagando, para dizer que são as mães atípicas que estão negociando e vendendo lata de leite de suas crianças. E, mais do que isso, tentar se apropriar de um discurso de direita, como disse o deputado Professor Rinaldo, para polarizar algo que, neste momento, ninguém mais tem interesse, porque sobraram duas opções: a opção da continuidade ou a opção da mudança. Independentemente do seu espectro político, neste momento, se você acha que vai tudo bem, você opta pela continuidade; se você tem esperanças de fazer diferente, você vai na opção da mudança. Mas, em vertente totalmente contrária, quando a prefeita não foi escolhida, ela passa a adotar, a criticar um dos maiores líderes da direita, com um discurso de esquerda, acusando-o de machista e misógino. Se não bastasse, todas as conexões com a esquerda que foram reveladas ao pedir votos, ao fazer dobradinha, ao frequentar festas de aniversário, ao abraçar pessoas e nomear pessoas dentro da sua administração, que ora criticam e apontam para outra candidata. Maior ligação do que essa com a esquerda, com crimes de responsabilidade, com atos de improbidade, só morando na Venezuela ou em Cuba.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Conceda-me um aparte, deputado?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Concedo!

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Eu, ontem, fiquei indignado com a notícia que saiu, de que as mães estariam vendendo o leite que recebem no CEM, que é uma alimentação especial, uma dieta especial e custa caro para suas crianças com deficiência. Eu penso que é uma falta de respeito e é também uma tentativa de criminalizar as mães que nós conhecemos. Eu e a vereadora Luiza Ribeiro, que está aqui, já fizemos audiência pública na Câmara Municipal com a presença dessas mães. Eu já tive a oportunidade de ir à casa de algumas delas, conheço a família,



conheço seus filhos com deficiência, e é uma "cafajestagem" alguém tentar criminalizar essas mães, que passam praticamente dois anos atrás de fraldas, de insumos e dessa dieta especial para seus filhos. Eu não vou admitir que as pessoas possam infligir a essas mães uma mentira, uma calúnia, sendo que são pessoas que nós conhecemos e sabemos da sua integridade. Nós denunciemos aqui, deputado, que essas mães estão há dois anos indo ao CEM e à Sesau em busca dessa alimentação e das fraldas para os seus filhos, mas não conseguem. Judicializam, conseguem liminar, mas muitas vezes também não conseguem. Então, é uma luta; só essas mães sabem a luta que elas estão tendo todos os dias para poder garantir qualidade de vida para suas crianças. Agora, dizer que elas estão vendendo esse leite que pegam lá... Quem está vendendo sentença é aqui do lado, no Tribunal de Justiça. Isso é uma corrupção, é algo que tem que ser investigado e que tem que ser punido quem pratica isso. Agora, dizer que as mães, que são pobres, que são carentes e que dependem do poder público para atender seus filhos... Isso nós não vamos aceitar e não vamos admitir. Obrigado.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Apenas para concluir, senhor presidente, omitir informações do Parlamento configura crime de responsabilidade. Manipular a liberdade de informação e de imprensa para que sejam realizados atos em promoção pessoal, a quem deveria simplesmente fazer a publicidade, também configura ato de improbidade administrativa. Isso viola um dos maiores princípios que estão no artigo 37 da Constituição Federal, que é o da impessoalidade. A prefeita não pode ter vínculo com a agência de publicidade que está gerindo a mídia da prefeitura. A interferência disso, em seu favor ou em desfavor de algum opositor, é também um ato criminoso, senhor presidente. Concedo um aparte à deputada Gleice Jane.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Deputado João Henrique, eu venho aqui porque acompanhei com atenção as suas palavras e vejo com bastante preocupação essas denúncias, justamente porque precisamos defender a democracia, que é algo que o deputado Professor Rinaldo apresentou aqui um pouco antes. É algo que eu também conversava há pouco com os alunos que estavam visitando a Assembleia. Precisamos encontrar formas de fortalecer a democracia e os debates ideológicos, mas de forma honesta e justa, para fortalecer a política e não para encontrarmos situações como essas. Eu venho aqui para colaborar também nesse debate, porque hoje as mães atípicas estão aqui neste Plenário, ali na parte de cima. Elas vieram aqui não para assistir à Assembleia; vieram aqui porque estiveram na Câmara Municipal para registrar o seu protesto, como elas vêm fazendo, assim como estamos acostumados a receber também os aposentados e todas as categorias que fazem suas reivindicações. Mas, estranhamente — e é importante dizer isso —, a sessão da Câmara Municipal não aconteceu; por isso, as mães estão aqui. E, de forma bastante preocupante, vemos um processo de criminalização das mulheres. E não somente das mulheres, mas das mulheres que lutam pela vida de seus filhos. Isso é muito sério! Nós temos, em Campo Grande, um processo de criminalização de mulheres que estão lutando pela vida de seus filhos. Nós não podemos aceitar esse movimento. Eu acompanho a luta dessas mulheres desde que a deputada federal Camila Jara era vereadora. Ela já falava dessa pauta; e essa pauta só foi lembrada no processo eleitoral, de maneira extremamente preocupante: a criminalização das mulheres. Por outro lado, vemos um discurso de defesa da vida, um discurso da paz e da religião, tudo contra a esquerda. Aqui, esse é o debate de luta pela vida que a esquerda sempre fez; esse é o debate de luta que as mulheres da esquerda sempre fizeram: é o debate de luta pela vida. Nós vamos seguir lutando pela vida das mulheres, pela vida das crianças, e não vamos admitir que, em período eleitoral, as mulheres sejam criminalizadas dessa forma, porque isso não pode ser aceito nem em Campo Grande, nem em Mato Grosso do Sul, nem em nenhum



outro espaço. Isso, deputada Mara Caseiro, é violência de gênero na política, porque estamos vendo aqui mulheres que estão fazendo política em defesa de suas crianças e que estão sendo criminalizadas. Estão criminalizando mulheres que lutam e sonham por uma vida melhor para seus filhos, e nós não vamos aceitar isso. Então, vereadora Luiza, essa luta das mulheres é nossa, e nós vamos seguir lutando. Não vamos aceitar que ninguém combata ou criminalize as mulheres. Parabéns pela luta, e conte com a gente.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Eu prestei bastante atenção no áudio da prefeita, que chegou através de denúncia em nosso gabinete, no qual ela diz que o jornal é um lixo. Esses dias, eu fiz uma bolota dele aqui e joguei-a no lixo. Então, eu estava certo. Mas lixo não é o veículo; lixo é você ter uma folha secreta para pagar um salário maior que o da categoria de vocês vai ter regulamentado, para uma pessoa que não tem competência para receber salário. Lixo é você não ter o provisionamento do décimo terceiro salário e a garantia de que vai receber esse dinheiro com a gestão que está sendo feita. Lixo é ver as mães em condições indignas, precisando fazer rifa para ter um direito reconhecido por ordem judicial e descumprimento à revelia da prefeitura. Lixo é você ter setenta mil pessoas na fila de cirurgia e não saber se tem setenta mil pessoas, porque muitas, talvez, já tenham morrido e ainda estão lá, porque, para a prefeitura são só números, não são vidas. Lixo é você escutar a história — que conheci no programa do PL Mulher — da Gisele, sobre seu filho Carlinhos, que nasceu com cinco meses e ficou cego de um olho porque estava nessas filas de cirurgia, não foi operado a tempo e perdeu um olho; isso é lixo. Lixo é ter um mandatário que não tem coragem de enfrentar o Consórcio Guaicurus, e nós termos os piores ônibus entre as capitais e serviços públicos. Lixo está a nossa cidade, que precisa de mudança. Liberdade, senhores, à imprensa e ao Parlamento. Como dizem os mineiros: "Liberta quae sera tamen." Liberdade ainda que tardia, no domingo de outubro, com mudança na nossa capital.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Permita-me um aparte, deputado?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Permito um aparte a Vossa Excelência, deputada Mara Caseiro.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Ainda na seara do deputado Professor Rinaldo e também da sua pessoa, deputado João Henrique, nós imaginávamos que, tendo duas mulheres numa reta final, o debate de ideias, o debate de melhorias poderia ser muito mais salutar. Infelizmente, o que a gente tem visto nessas últimas semanas é uma quantidade de fake news que nos envergonha e nos entristece. Porque é difícil para nós, mulheres, fazer política; não é fácil. E, quando a gente vê duas mulheres chegando numa reta final, para nós é motivo de muito orgulho e satisfação; eu não tenho dúvida disso. Só que é muito triste também quando o senhor nos traz hoje essa fala da prefeita, que nos deixa entristecidos. E a gente também pode entender um pouquinho. Ontem, inclusive, uma das mães atípicas me chamou, a Gisele. Eu nem estava sabendo do ocorrido, do que estava acontecendo, e que estavam propagando informações de que essas mães atípicas estavam se vendendo para a candidata adversária e, por conta disso, estavam fazendo esse movimento. E isso é muito triste para todos nós, porque eu sou mãe e avó... Talvez tenha alguma pessoa que tenha a capacidade de se prestar a um papel desse, mas o que nós temos aqui são mães, mulheres buscando o direito à vida e a uma vida digna para essas crianças. É isso que eu vejo como mãe, como avó e como mulher. Talvez hoje a gente possa entender por que esses veículos de comunicação trazem notícias dizendo que essas mães estão vendendo leite. Isso é



desumano. Então, o que eu acho que a gente tem que pensar nesse momento é: o que queremos para Campo Grande? O que queremos para essas mães atípicas? O que queremos para a saúde de Campo Grande? E nós queremos o direito de ter uma saúde digna, de acabar com essas filas absurdas que temos. Queremos garantir uma dieta para as nossas crianças que precisam e dar condições para essas mães cuidarem de seus filhos, como foi dito aqui. Hoje, temos um programa que paga novecentos reais para as mães que cuidam de deficientes, e não dá para sobreviver com esse recurso. Então, é preciso que o poder público estenda as mãos e olhe para essas pessoas que mais precisam. É isso que queremos. Nós queremos propostas, e é por isso que estamos hoje defendendo um projeto de mudança para nossa Campo Grande. E é por isso que venho falar aqui novamente: não sou de esquerda, não sou do PT, respeito os posicionamentos de cada um. Cada um tem o seu posicionamento, cada um tem suas ideologias, mas eu respeito o direito à vida. Eu respeito uma administração que não exclui ninguém e que faça a inclusão de todos, que olhe por todos. É isso que eu defendo, que sempre defendi neste Parlamento e que vou continuar defendendo. Não estou aqui para falar de esquerda ou de direita; estamos falando aqui de uma proposta de mudança, de transformação de verdade para nossa Campo Grande. Por isso, hoje defendemos, com todo o direito que tenho — eu, deputada Mara Caseiro — o projeto da ex-deputada Rose Modesto, mas nem por isso trago aqui o desrespeito a quem defende outro projeto. Eu defendo o que acho melhor para Campo Grande, deputado João Henrique. Obrigada.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSB) — Conceda-me um aparte?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Concedo um aparte a Vossa Excelência.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSB) — Primeiro, quero parabenizar o pronunciamento que Vossa Excelência faz e a coragem de trazer luz a esse debate. Mas fiquei — confesso — bastante preocupado com o teor dessa declaração, desse áudio da prefeita Adriane Lopes, porque não está apenas na seara política essa questão; eventualmente, há uma questão de improbidade administrativa envolvida. Por quê? Se apurarmos o conteúdo dessa mensagem, parece-nos que temos a chefe do Poder Executivo usando recursos de natureza pública para buscar a manipulação ou a compra de opinião de um determinado veículo de imprensa, a fim de perseguir adversários políticos e atender aos seus objetivos políticos e eleitorais. Então, é uma coisa de altíssima gravidade que vai implicar uma investigação profunda, e creio que estamos caminhando para a esfera criminal. A Câmara de Vereadores de Campo Grande, que é o fórum que vai investigar e analisar todas essas questões, precisa colocar luz nesse ponto. Portanto, os vereadores de Campo Grande precisam abrir uma investigação para verificar se Adriane Lopes cometeu ou não um crime de improbidade administrativa, cuja sanção pode ser a perda do mandato. Muito obrigado.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Incorporo a fala de Vossa Excelência, que é muito bem colocada, e também reitero — aproveitando que estamos falando de táticas eleitorais criminosas — que têm sido recebidas ligações na madrugada; há provas e prints disso, de alguém dizendo: " Olha, eu sou a favor do Marquinhos Trad, e estou pedindo voto agora para a Rose, porque eu preciso disso. Aí liga um robô, voz robótica de inteligência artificial, dizendo isso ou aquilo, tentando ligá-la agora, a qualquer momento, a qualquer coisa negativa que aconteceu no estado, até fora do período em que ela não estava na política. Isso é uma tática antiga: repita, repita, repita, até que se torne verdade. E foi utilizada por líderes antidemocráticos da esquerda: acuse-os do que você faz, chame-os do que você é. Isso me mostra desespero. Há alguma coisa



errada, e nós vamos descobrir no domingo. Tomara que seja luz e mudanças para Campo Grande. Obrigado, senhor presidente. Era a minha fala.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Com a palavra, ainda no Grande Expediente, o deputado Junior Mochi. Transferida. Encerrado o Grande Expediente. Passemos à **ORDEM DO DIA**. Consulto o senhor segundo-secretário se há quórum para deliberação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são vinte e quatro deputados. Há quórum para deliberações.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Havendo quórum para as deliberações, é com muita alegria e satisfação que apresento o item 1, que é um momento histórico para a categoria dos papiloscopistas. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Lei Complementar nº 012/2024. Autor: Poder Executivo. "Altera a redação e acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 114, de 19 de dezembro de 2005, nos termos que especifica, com o objetivo de reunir na estrutura da carreira de Perito Oficial Forense os cargos de Perito Oficial Forense e Perito Papiloscopista". A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável por unanimidade, tendo como relatora a deputada Mara Caseiro. Em discussão. Não havendo quem queira discutir. Em votação.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Para declarar o voto, presidente.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Para declaração de voto, a deputada Gleice Jane.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Queria declarar meu voto sim; já o fiz no painel, mas também quero parabenizar os trabalhadores que sonharam, lutaram e que, há mais de trinta anos estão nessa reivindicação, que apenas em 2019 conseguiram, no julgamento do STF, a partir de uma Adin, o reconhecimento desse direito a partir da Lei Orgânica da Polícia Civil Nacional, que tramitou durante dezesseis anos e foi sancionada pelo presidente Lula em novembro de 2023. Todos esses processos foram resultado da luta dessa categoria que ousou sonhar e ousou lutar para garantir esse reconhecimento hoje. Essa é uma categoria que ousou sonhar e ousou lutar para garantir esse reconhecimento hoje; é uma categoria extremamente importante, que faz os nossos RGs, mas que também faz retrato falado, reconhecimento digital, identificação de cadáver e identificação facial das pessoas, tanto quando são criminosas quanto para inocentar pessoas que às vezes são confundidas. Portanto, esse é um papel extremamente importante e fundamental na Polícia Civil. Mais do que um reconhecimento para a categoria, é um reconhecimento para a sociedade, porque precisamos ter trabalhadores valorizados para poder atender sempre bem e melhor a sociedade. Quero aqui parabenizar essa categoria, que hoje tem sua primeira votação — haverá outras —, e hoje inicia-se um processo de reconhecimento para se tornarem peritos oficiais forenses. Parabéns! Sigamos sempre melhorando a vida dos trabalhadores e trabalhadoras, servidoras e servidores públicos, para que possamos atender sempre melhor a população. Obrigada!

Projeto de Lei Complementar nº 012/2024, de autoria do Poder Executivo.



Presidente — deputado Renato Câmara (MDB).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.



DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Encerrada a votação. Consulto o senhor segundo-secretário sobre o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são vinte e dois votos favoráveis e nenhum contrário.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Aprovado o projeto. Vai à segunda discussão. Item 2. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 222/2024. Autor: Poder Executivo. Mensagem nº 51/2024. "Altera a redação de dispositivos da Lei nº 3.150, de 22 de dezembro de 2005, e da Lei nº 6.307, de 13 de setembro de 2024, nos termos que menciona, para alterar o conceito de doença incapacitante". A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável por unanimidade, tendo como relator o deputado Caravina. Consulto o segundo-secretário se há quórum para votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, há quórum para deliberação.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 222/2024, de autoria do Poder Executivo.

Presidente — deputado Renato Câmara (MDB).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.



DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Encerrada a votação. Consulto o senhor segundo-secretário sobre o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são vinte e dois votos favoráveis e nenhum contrário.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Aprovado o projeto. Vai à segunda discussão. Item 3. Em discussão única. Projeto de Lei nº 180/2024. Autor: deputado Paulo Duarte. "Denomina com o nome que especifica o trecho da rodovia MS-432, compreendido entre o distrito de Albuquerque e o entroncamento da BR-262. A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável por unanimidade, tendo como relator o deputado Antonio Vaz. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 180/2024, de autoria do deputado Paulo Duarte.



Presidente — deputado Renato Câmara (MDB).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.



DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Encerrada a votação. Consulto o segundo-secretário sobre o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são vinte e dois votos favoráveis e nenhum contrário.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Aprovado o projeto que denomina "Claudionor Lino Duarte" o trecho da Rodovia MS-432, compreendido entre o distrito de Albuquerque e o entroncamento da BR-262. Vai ao Expediente. Item 4. Em discussão única. Projeto de Resolução nº 088/2024. Autor: deputado Renato Câmara. "Cria a Medalha e o Diploma de Honra ao Mérito Legislativo em Comemoração aos Cento e Cinquenta Anos da Imigração Italiana no Brasil". A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável por unanimidade, tendo como relator o deputado Junior Mochi. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Resolução nº 088/2024, de autoria do deputado Renato Câmara.

Presidente — deputado Renato Câmara (MDB).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.



DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Encerrada a votação. Consulto o segundo-secretário sobre o resultado.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são vinte e um votos favoráveis e nenhum contrário.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Aprovado o projeto. Vai ao Expediente. Item 5. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 179/2024. Autor: Poder Executivo. "Institui o Plano de Amortização para o Equacionamento do Déficit Atuarial do Regime Próprio de Previdência Social do Estado de Mato Grosso do Sul (MSPrev), altera a redação de dispositivos da Lei nº 3.150, de 22 de dezembro de 2005, e dá outras providências". A Comissão de Serviço Público, Obras, Transporte, Infraestrutura e Administração emitiu parecer favorável por unanimidade ao projeto e às Emendas Modificativas nºs 01 e 02, tendo como relator, o deputado Coronel David. A Comissão de Finanças e Orçamento emitiu parecer favorável por unanimidade ao projeto e às Emendas Modificativas nºs 01 e 02, tendo como relator o deputado Pedrossian Neto. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 179/2024, de autoria do Poder Executivo.



Presidente — deputado Renato Câmara (MDB).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.



DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Consulto o segundo-secretário sobre o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são vinte e um votos favoráveis e nenhum contrário.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Aprovado o projeto. Vai à redação final. Item 6. Em discussão única.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Pedrossian Neto.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Senhor presidente, eu gostaria de pedir destaque, para que possamos votar o item nº 7, que é o nosso requerimento, pelo qual requeremos o envio do pedido para a prefeita Adriane Lopes, para que nós saibamos quanto de fato existe provisionado nas contas do décimo terceiro para fazer o pagamento desse direito dos mais de trinta mil servidores da Prefeitura Municipal de Campo Grande. Então queremos o pedido de destaque para saber como vota cada deputado.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Lidio Lopes.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Senhor presidente, eu venho na mesma linha, pedindo destaque desse requerimento, mesmo porque foi um pedido de vista pelo nobre deputado Paulo Corrêa. Quero dizer que a prefeita Adriane Lopes não tem nada a esconder, nada para colocar às escondidas da população, mesmo porque folha secreta com ela não existe. Estão vindo às claras a folha secretas de quem recebeu super salários e super acordos dentro da Prefeitura Municipal de Campo Grande; valores exorbitantes, senhor presidente. Ainda bem que a mídia trouxe tudo às claras. A eleição é municipal, e eu não sou candidato, portanto eu não trouxe para esta Casa palanque nem tribuna. Mas, na semana que vem, começaremos a debater ponto a ponto nesta Casa, principalmente naquilo que tange ao que foi citado aqui sobre família e tudo mais. Respeito a opinião de cada um, e quanto às fake news, quem fala de fake news é justamente quem tem robôs disparando diuturnamente. Agora, me causa estranheza quando vejo o Instituto Paraná, que sempre fez as pesquisas do presidente Jair Bolsonaro, publicar uma pesquisa em Campo Grande que trouxe transtorno e desespero nas pessoas do candidato. Eu também peço destaque para a votação desse requerimento, pois não temos nada escondido, senhor presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Coloco em votação no Plenário.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Vocês vão responder até sexta-feira?



PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Coloco em votação no Plenário o requerimento. O voto sim é a favor ao envio do requerimento; o voto não é contrário.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Lidio Lopes.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Senhor presidente, este requerimento é apresentado nesta Casa. Esta Casa tem um procedimento para enviá-lo à prefeitura. Tão logo chegue à prefeita Adriane Lopes, ela deverá respondê-lo. E quero dizer ao nobre colega que, na mesma linha, ele tem várias publicações, de quando ele foi secretário municipal de Finanças e dizia que não tinha dinheiro para pagar o décimo terceiro; nós temos todas as matérias. Semana que vem eu apresento nesta Casa. Obrigado, presidente.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Mas nós pagamos todos os cinco anos. Então, prove. Prove.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Ela vai pagar também.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Então, prova. Prova.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Espera dia 31 dezembro.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Que 31 de dezembro, rapaz! Apresente o relatório agora! O povo de Campo Grande quer saber; merece saber. Basta apresentar, não precisa chegar o requerimento até lá. É um dever moral e compromisso com os trinta mil servidores de Campo Grande, os sete mil aposentados e pensionistas saberem quanto vocês têm depositado.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Meu amigo, por que você não publicou os seus acordos e seu super salário? Por que você nunca publicou?

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — A Adriane ganhou um milhão de reais, amigo!

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Em cinco anos!

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Nomeou sua concunhada...

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Vossa Excelência ganhou em um salário de duzentos mil reais; duzentos mil reais!

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Pela ordem.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Então, ponha-se no seu lugar.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Pela ordem.



DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Minha cunhada recebeu oitenta mil reais de um acordo e Vossa Excelência, duzentos mil.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Vamos continuar a votação.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Presidente, pela ordem. Nós estamos em discussão?

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Nós já estamos em votação.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Já foi suprimida a discussão do requerimento?

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Nós vamos colocar agora em votação o requerimento em destaque.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Quem quiser o requerimento de informações, vota sim.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Vamos, primeiro, aprovar os requerimentos simbolicamente, que são os seis requerimentos, dezessete indicações e uma moção de aplauso; e depois eu vou colocar o destaque ao requerimento. Em votação os seis requerimentos, dezessete indicações e uma moção de aplauso. Não havendo oposição, dou-os por aprovados. Agora, em discussão o Requerimento nº 7, em destaque. Em discussão.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Presidente, para discutir.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Para discutir, o deputado João Henrique.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Senhor presidente eu quero discutir apenas uma consideração factual, básica. A mim, parece que apresentar os extratos do provisionamento do décimo terceiro dos servidores é apertar um botão; é igual um extrato de banco: você pega e mostra se você quiser. A base que apoia a prefeita aqui ontem orientou o voto contrário a essa exibição sem entender que existe um procedimento na Casa que é ultrapassar as eleições. Agora, se quer mostrar a verdade, se tem o dinheiro na conta, cabe à prefeita, não cabe mais à Assembleia. Nós vamos provar aqui, agora, com os votos deles, que se deram conta de que foi um tiro no pé. Então vai lá e aperta um botão; é igual o aplicativo do celular de cada para mostrar o extrato. Se tem o dinheiro, mostra; se não tem, não mostra. Até domingo. Pronto, presidente. Essa era a minha discussão.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Em votação o requerimento. Sim é a favor do requerimento; não é contrário ao requerimento. Eu gostaria de agradecer a presença de Riverton Francisco de Souza, vereador do município de Campo Grande e de Vanderson Cardoso, vereador no município de Chapadão do Sul. Em votação.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Declaração de voto, presidente.



PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Declaração de voto da deputada Gleice Jane.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Presidente, não apareceu aqui ainda para votação. Vamos aguardar.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Declaração de voto da deputada.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Presidente, eu quero dizer que, sobre o requerimento em questão, é importante a gente ressaltar que ele questiona a existência ou não de recursos provisionados para o pagamento de décimo terceiro dos servidores públicos municipais para o ano de 2024. E o que a gente está debatendo aqui, na verdade, é sobre o planejamento de uma gestão sobre a garantia de um direito de servidores e servidoras públicas de Campo Grande. Então, nesse sentido, eu voto sim, considerando que é importante a garantia dos direitos dos servidores e servidoras, e que é importante também que os servidores saibam disso com antecedência. Inclusive, se a prefeita quiser responder isso antes das eleições, mesmo não recebendo, ela tem esse direito. Portanto, fica aqui, como uma forma de fortalecer a luta dos servidores e servidoras e uma provocação para que, se a prefeita quiser, ela responda isso, para que os servidores tenham conhecimento sobre esse processo até mesmo antes da escolha nas eleições. Por isso, eu voto sim. Esse é um requerimento de informações; nós não estamos fazendo nenhuma acusação, não estamos julgando ninguém; o que estamos fazendo é pedindo informações para garantir que todos os servidores e servidoras tenham seus direitos garantidos no final do ano. Obrigada.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Em votação.

Requerimento nº 3246/2024, referente ao destaque de autoria do deputado Pedrossian Neto.

Presidente — deputado Renato Câmara (MDB).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.



DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Declaração de voto, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Para declarar voto, do deputado Neno Razuk.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Só para constar que, ontem, após o equívoco da Casa de manter o pedido de vista, principalmente da base aliada da prefeita, onde o PL votou pela maioria, pela transparência, quero agradecer, porque, hoje, o PL votou unido, finalmente, pela transparência, o que é justo para a população, para esta Casa. E o PT...

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Deputado Neno Razuk...

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim, senhor...

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — O senhor não está correto na sua colocação, porque eu sempre voto naquilo que entendo ser o mais coerente, e hoje eu voto pela transparência e pela coerência, mas eu não me misturo com o PT.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Ontem não teve nada com o PT.



DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Lamento que Vossa Excelência e o deputado João Henrique tenham feito isso. Em 2026 nós veremos.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — O PL rachou! [trecho inaudível]...

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Está encerrada a votação. Solicito ao segundo-secretário o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, com votos unânimes de todos os deputados presentes, inclusive do PL e do PT, são dezoito votos favoráveis e nenhum contrário.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Aprovado o requerimento. Item 7. Moções de pesar. Moção de pesar, proposta pelo deputado Zé Teixeira, em coautoria com o deputado Renato Câmara, em razão do falecimento do senhor Osmar Alves dos Santos. Em discussão. Em votação. Os deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovada. Vai ao Expediente. Não havendo mais itens, passemos às **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**. Com a palavra, a deputada Gleice Jane. Transferida. Com a palavra, a deputada Lia Nogueira. Transferida. Com a palavra, o deputado Professor Rinaldo. Transferida. Não havendo mais oradores e não havendo mais nada a tratar, invocando a proteção de Deus, declaro encerrada a presente Sessão. Está encerrada (11h02min).